

Publicado no DOM 08/11/2001

PARECER Nº 1375/2001 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 483/2001.

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Executivo, dispondo sobre a descentralização das ações e serviços de saúde no Município de São Paulo, com a criação de entidades autárquicas hospitalares de regime especial.

O presente projeto cinco Autarquias, vinculadas à Secretaria da Saúde, com autonomia administrativa e financeira, sendo constituídas, cada qual, por um Conselho Deliberativo e Fiscalizador.

Há pedido de tramitação em regime de urgência constante de fls. 43.

Durante a sua tramitação recebeu o Projeto de Lei inúmeras sugestões, fruto da ampla discussão com a sociedade, inclusive com a realização de audiência pública convocada conjuntamente pela Comissões de Administração Pública, Saúde, Promoção Social e Trabalho e Finanças e Orçamento.

Dada a importância do Projeto de Lei como medida para compatibilizar a implantação do Sistema Único de Saúde em nosso Município, bem como para dotar as unidades hospitalares com instrumentos gerenciais mais ágeis e adequados às demandas da população, e acolhendo as sugestões ofertadas por ocasião da audiência pública, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Lei, na forma do Substitutivo ora apresentado:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 01-0483/2001.

“Dispõe sobre a descentralização das ações e serviços de saúde no Município de São Paulo, com a criação de entidades autárquicas hospitalares de regime especial.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º - As ações e os serviços públicos de saúde serão prestados, no Município de São Paulo, em consonância com os princípios e as normas do Sistema Único de Saúde – SUS, estabelecidos pela Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município de São Paulo, Leis Federais nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995.

Art. 2º - Ficam instituídas, no Município de São Paulo, vinculadas à Secretaria Municipal da Saúde, as seguintes autarquias, sob regime especial, para a promoção e execução das ações e serviços públicos de saúde de atenção médico-hospitalar:

I – Autarquia Hospitalar Municipal Regional do Tatuapé: constituída por Hospital Municipal Dr. Cármino Caricchio, Hospital Municipal Dr. Alexandre Zaio, Hospital Municipal Dr. Ignácio Proença de Gouvêa, Pronto-Socorro Municipal 21 de Junho, Pronto-Socorro Municipal Vila Maria Baixa e Pronto-Socorro Municipal Dr. Lauro Ribas Braga;

II – Autarquia Hospitalar Municipal Regional de Ermelino Matarazzo: constituída por Hospital Municipal Prof. Dr. Alípio Corrêa Netto, Hospital Municipal Tide Setúbal, Hospital Municipal Prof. Waldomiro de Paula, Pronto-Socorro Municipal Júlio Tupy, Pronto Atendimento Dra. Glória Rodrigues Santos Bonfim, Pronto Atendimento São Mateus e Pronto Atendimento Atualpa Girão Rabelo;

III – Autarquia Hospitalar Municipal Regional do Jabaquara: constituída por Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro Saboya, Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro e Pronto-Socorro Dr. Augusto Gomes de Mattos;

IV – Autarquia Hospitalar Municipal Regional do Campo Limpo: constituída por Hospital Municipal Dr. Fernando Mauro Pires Rocha, Pronto-Socorro Municipal Balneário São José, Pronto-Socorro Municipal Dona Maria Antonieta F. Barros, Pronto-Socorro Municipal

Dr. José Sylvio de Camargo, Pronto Atendimento Jardim Macedônia e Pronto Atendimento Parelheiros;

V – Autarquia Hospitalar Municipal Regional Central: constituída por Hospital Municipal Infantil Menino Jesus, Hospital Municipal e Maternidade Prof. Mário Degni, Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria, Pronto-Socorro Municipal Álvaro Dino de Almeida, Pronto-Socorro Municipal Prof. João Catarin Mezomo, Pronto-Socorro Municipal Dr. Caetano Virgílio Netto e Pronto-Socorro Municipal de Perus.

Parágrafo único - Cabe ao Executivo a realocação de unidades entre as autarquias, para as compatibilizações necessárias em eventuais mudanças de regionalização da saúde e da implementação de Sub-Prefeituras, Distritos e Integração com as redes estadual e federal do SUS, bem como a incorporação, às autarquias ora criadas, de unidades hospitalares e de atendimento às emergências que vierem a ser criadas ou transferidas para a gestão municipal após a publicação desta lei.

Art. 3º - As autarquias instituídas por esta lei serão dotadas de personalidade jurídica de direito público, sob regime especial, caracterizado por autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e mandato fixo dos membros de seu Conselho Deliberativo e Fiscalizador.

Parágrafo único - As Autarquias terão sede e foro na cidade de São Paulo.

Art. 4º - As autarquias ora criadas terão as seguintes atribuições, além das finalidades referidas no artigo 2º desta lei:

I – promover o desenvolvimento tecnológico e de atividades de ensino e pesquisa, incluindo a especialização técnica de profissionais da saúde;

II – estabelecer parcerias, convênios, acordos e ajustes com instituições públicas e privadas, preferencialmente aquelas sem fins lucrativas, obedecidas as normas de direito público, visando ao desenvolvimento de suas atribuições ou à complementação de ações e serviços de saúde de sua competência;

III – executar as ações e serviços de saúde definidos no Plano Municipal de Saúde, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, realizando as atividades nele previstas em seu âmbito territorial, obedecidos os princípios e normas que lhe são aplicáveis.

§ 1º – As atribuições das autarquias observarão os princípios e normas definidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 2º- Ficam vedadas a venda de produtos e a prestação de serviços a pessoas físicas ou jurídicas, mediante remuneração, por parte das Autarquias.

Art. 5º - A autonomia administrativa, financeira e patrimonial das autarquias, bem como as prerrogativas e os direitos inerentes à sua personalidade jurídica de ente público descentralizado, serão exercidos, especialmente, pela capacidade de:

I – gestão administrativa:

a) organizar o quadro de pessoal necessário ao pleno desempenho das atribuições da autarquia, de acordo com seus recursos orçamentários e a qualificação profissional, de forma a garantir a qualidade das ações e serviços;

b) normatizar o gerenciamento de pessoal, estabelecendo os casos de admissão e contratação temporária, em casos de emergência, observada a legislação municipal vigente;

c) instituir políticas permanentes de formação e desenvolvimento de seus quadros;

d) aplicar as normas disciplinares, mediante o devido processo administrativo, nas infrações cometidas por seus servidores, nos termos da legislação municipal pertinente e da CLT, no que couber;

e) instituir mecanismos de controle de qualidade das ações e serviços prestados à população, regulando a relação médico-assistencial, os medicamentos e produtos que afetem a saúde;

f) estabelecer a política de organização interna de serviços e sua modernização;

II – gestão financeira e patrimonial:

a) elaborar participativamente a proposta orçamentária, discriminando receitas e despesas com base na estimativa da produção de serviços de seu Plano Anual de Trabalho;

b) administrar os recursos financeiros, os bens móveis e imóveis que estejam sob sua responsabilidade por força de lei, convênio ou consórcio;

c) controlar a execução orçamentária e a aplicação das dotações, bem como estabelecer normas internas de execução e controle do orçamento e remanejamento de verbas, sem prejuízo dos demais controles exercidos pelo Poder Executivo.

Art. 6º - O patrimônio inicial das autarquias será formado pelos bens imóveis municipais em que se situam as unidades que as integram, pelas benfeitorias existentes nos respectivos imóveis municipais e pelos bens móveis que guarnecem tais benfeitorias, conforme constante do Anexo I desta lei.

§ 1º- Fica o Executivo autorizado a transferir às autarquias os bens relacionados no Anexo I desta lei.

§ 2º- Os bens patrimoniais somente serão alienados em conformidade com o disposto no artigo 112 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º - A receita das instituições autárquicas será constituída por:

I – dotação anual da Prefeitura Municipal, consignada em seu orçamento;

II – recursos provenientes da prestação de serviços a União, Estado e Municípios, remunerados de acordo com a avaliação da produtividade e do desemprego global previstos nos planos da autarquia ou em convênios firmados entre ela e a União, Estado e Municípios;

III – aplicações financeiras;

IV – auxílios e subvenções da União, Estado e Municípios;

V – recursos provenientes de acordos de cooperação e convênios voltados ao desenvolvimento de atividades próprias da autarquia, desde que não impliquem na percepção de honorários profissionais particulares nem em compromissos ou contrapartidas em desacordo com os critérios de universalidade e equidade;

VI – recursos provenientes de operações de crédito, incluídas aquelas efetuadas a título de fundo perdido;

VII – doações e legados;

VIII – rendas patrimoniais, eventualmente auferidas.

§ 1º- A subvenção do Município às autarquias fica condicionada à aprovação, pelo Secretário Municipal da Saúde, dos respectivos Planos Anuais de trabalho.

§ 2º- As doações, legados e subvenções, quando onerosas, somente poderão ser aceitas mediante autorização do Secretário Municipal da Saúde, precedida de parecer do Conselho Deliberativo e Fiscalizador da autarquia e do Secretário Municipal da Saúde.

Art. 8º - Cada autarquia será constituída por:

I – Conselho Deliberativo e Fiscalizador, órgão de deliberação máxima, controle e fiscalização;

II – Superintendência, órgão de direção e administração superior, contando com:

a) Gabinete do Superintendente;

b) Assessoria Jurídica;

c) Assessoria Técnica de Apoio às Informações Gerenciais;

d) Departamento Administrativo-Financeiro;

e) Departamento de Gestão de Pessoal;

f) Departamentos Hospitalares;

g) Divisões de Pronto-Socorros e de Pronto-Atendimento;

h) Seção Jurídica.

Art. 9º - O Conselho Deliberativo e Fiscalizador de cada autarquia terá composição tripartite e será constituído por 12 (doze) membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Secretário Municipal da Saúde, de acordo com a seguinte distinção:

I – 3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo o Superintendente da Autarquia e 2 (dois) indicados pelo Secretário Municipal da Saúde, sendo 1(um) dentre os Diretores de Distrito de Saúde;

II – 3 (três) representantes dos servidores, eleitos por seus pares, no âmbito de cada autarquia;

III – 6 (seis) representantes dos usuários dos serviços de saúde da Autarquia, indicados pelo segmento dos usuários do Conselho Municipal de Saúde;

§ 1º - Os membros do Conselho Deliberativo e Fiscalizador e seus suplentes serão indicados pelos órgãos representados.

§ 2º - Os suplentes substituirão os respectivos titulares em seus impedimentos e, em caso de vacância, assumirão a titularidade da representação pelo restante do mandato.

§ 3º - É vedado aos membros do Conselho Deliberativo e Fiscalizador integrarem, simultaneamente, o mesmo órgão de outra Autarquia, ainda que na condição de suplentes.

§ 4º - Os membros do Conselho exercerão o mandato por 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções.

§ 5º - O Conselho será presidido por um dos representantes do Poder Executivo Municipal.

§ 6º - O Conselho reunir-se-á, ordinária e obrigatoriamente 1 (uma) vez por mês, no mínimo, com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação de seu Presidente, ou por solicitação da maioria de seus componentes, dirigida à mesma autoridade.

§ 7º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos, exceto no que se refere à matéria constante do inciso X do artigo 10 desta lei, que requererá maioria qualificada, cabendo, ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

§ 8º - As atividades exercidas pelos membros do Conselho serão consideradas relevante serviço público, não sendo remuneradas.

§ 9º - O Regimento Interno do Conselho Deliberativo e Fiscalizador especificará os requisitos exigidos para os membros do Conselho e seus suplentes, bem como os casos de impedimentos decorrentes da perda de mandato, de dispensa ou de vacância.

Art. 10 – O Conselho Deliberativo e Fiscalizador da autarquia terá as seguintes atribuições:

I – traçar diretrizes para as atividades da autarquia;

II – orientar, de comum acordo com o Superintendente, o exercício da gestão administrativa, financeira e patrimonial referidas no artigo 5º;

III – elaborar e aprovar seu Regimento Interno, observado o disposto no § 10 do artigo 9º desta lei, dentro de 30 (trinta) dias a partir de sua constituição;

IV – apreciar e aprovar anualmente a proposta orçamentária da autarquia, submetendo-a à aprovação do Secretário Municipal da Saúde;

V – fiscalizar a execução orçamentária, apreciar e aprovar a prestação de contas da autarquia antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo, submetendo-a à aprovação do Secretário Municipal da Saúde ;

VI – aprovar convênios, ajustes ou acordos com entidade públicas e privadas;

VII – mediante proposta do Superintendente:

a) aprovar, no âmbito da Autarquia, e encaminhar ao Secretário Municipal da Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde, para aprovação, o Plano Anual de Trabalho da Autarquia;

b) deliberar sobre incentivos funcionais, com base em critérios de especificidade e complexidade de atribuições, produtividade, qualidade das ações em equipe, local de exercício, carga horária, riscos inerentes à profissão e outros fatores determinados em lei;

c) aprovar programas de desenvolvimento e formação permanente do pessoal técnico, administrativo e de direção da autarquia;

d) deliberar sobre a alienação de bens patrimoniais móveis.

e) opinar sobre o quadro de pessoal e a estrutura organizacional;

VIII– constituir-se em instância recursal de sanções disciplinares aplicadas pelo Superintendente;

IX – avaliar o desempenho do Superintendente e propor, se for o caso, sua exoneração, nas hipóteses de desempenho insatisfatório do cargo, respeitado o direito de defesa;

X – formular sugestões à Superintendência, no tocante ao aperfeiçoamento dos serviços da entidade;

XI - instituir mecanismos de ouvidoria na autarquia;

XII – garantir a integração, nos projetos da autarquia, das ações e serviços previstos nos Planos Distrital, Municipal e Estadual de Saúde, em sua área de abrangência, bem como de ações, projetos e programas intersetoriais que se façam necessários à saúde e à qualidade de vida da população;

XIII – deliberar sobre outros assuntos que lhe forem submetidos, a pedido do Superintendente ou a pedido de um terço dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscalizador.

Art. 11- O Superintendente será nomeado, em comissão, pelo Secretário Municipal da Saúde, a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Deliberativo e Fiscalizador da Autarquia, dentre profissionais de nível superior, com o curso de Administração Hospitalar, ou Administração de Serviços de Saúde ou Administração em Saúde Pública.

Art. 12 – Compete ao Superintendente:

I – dirigir a autarquia em consonância com as diretrizes e normas emanadas do Sistema Único de Saúde – SUS, do Conselho Deliberativo e Fiscalizador e do Plano Anual de Trabalho;

II – elaborar e submeter o Plano Anual de Trabalho à aprovação do Conselho Deliberativo e Fiscalizador;

III – representar a autarquia judicial e extrajudicialmente;

IV – exercer as funções executivas da autarquia;

V – gerenciar o quadro de pessoal da autarquia, provendo cargos e empregos e contratando servidores temporários, formalizando as respectivas nomeações, exonerações e dispensas, bem como autorizando comissionamentos, nos termos da legislação aplicável;

VI – autorizar afastamentos de servidores para participação em cursos, seminários e congressos, quando no interesse da autarquia, nos termos da legislação em vigor;

VII – nomear os ocupantes de cargos de direção e assessoramento da autarquia;

VIII – autorizar a instauração de sindicâncias e procedimentos disciplinares e aplicar penalidades, observados o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo (Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979), a Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas legais pertinentes;

IX – apreciar e deliberar sobre recursos interpostos das decisões de Diretores de Divisões de Departamentos;

X – submeter ao Conselho Deliberativo e Fiscalizador as prestações de contas da autarquia e de seus órgãos;

XI – autorizar a abertura ou a dispensa de licitação em qualquer modalidade, prestando as pertinentes informações ao Conselho Deliberativo e Fiscalizador;

XII – homologar licitações;

XIII – autorizar reajustes de preços contratuais, bem como a prorrogação e a rescisão de contratos, a revogação de licitações e a aplicação de penalidades contratuais;

XIV – autorizar pagamentos e adiantamentos, na forma prevista na legislação aplicável;

XV – autorizar a abertura de créditos adicionais;

XVI – assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com entidades públicas ou privadas;

XVII – delegar atribuições e funções a servidores da autarquia.

Art. 13 – À Assessoria Jurídica compete assessorar o Superintendente, o Conselho Deliberativo e Fiscalizador e as demais unidades que compõem a respectiva autarquia,

nos assuntos jurídicos, emitindo pareceres, opinando sobre projetos de lei e decretos e cumprindo outras tarefas afins.

Art. 14 – À Assessoria Técnica de Apoio às Informações Gerenciais cabe: o assessoramento e a operacionalização das atividades de informática; a centralização e a coordenação das informações gerenciais fornecidas periodicamente pelos departamentos, divisões e demais unidades que constituem a respectiva autarquia, para fins de apresentação de relatórios, com demonstrativos parciais e gerais; a organização de um banco de dados e a realização de estudos e levantamentos estatísticos de assuntos pertinentes.

Art. 15 – Ao Departamento Administrativo-Financeiro compete: assegurar apoio administrativo, material, de transportes e demais serviços necessários ao desempenho de todas as unidades da respectiva autarquia; controlar a movimentação de papéis e documentos da autarquia; elaborar a proposta orçamentária; promover a execução orçamentária e a aplicação das dotações, realizar serviços de natureza contábil e financeira, organizar e atualizar o registro cadastral das empresas individuais e sociedades civis e comerciais para participação em licitações de todas as unidades da autarquia e executar outras atividades pertinentes.

Art. 16 – Ao Departamento de Gestão de Pessoal compete: planejar e elaborar programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal; ministrar cursos de capacitação profissional; elaborar a folha de pagamento, preparar e manter os prontuários de pessoal de todas as unidades que constituem a respectiva autarquia; manter atualizados o quadro funcional e as informações de pessoal; elaborar folhas de ocorrências; exercer o controle permanente do pessoal e outras atividades afins.

Art. 17 – Cada Departamento Hospitalar será constituído por um dos hospitais municipais indicados nos incisos do artigo 2º desta lei, mantidas suas competências, estruturas e atribuições previstas em lei.

Art. 18 – Cada Divisão de Pronto-Socorro ou de Pronto Atendimento será constituído por um Pronto-Socorro ou um Pronto Atendimento, indicados nos incisos do artigo 2º desta lei, mantidas suas competências, estruturas e atribuições previstas em lei.

Art. 19 – À Seção Jurídica compete a execução do serviço jurídico das unidades que compõem a respectiva autarquia, cabendo-lhe processar os feitos disciplinares, officiar nos processos administrativos e nas ações judiciais em que a autarquia figure como parte, terceiro ou interessada, na forma prevista na legislação municipal vigente.

Art. 20 – O quadro de pessoal das autarquias será constituído por pessoal próprio, mediante contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, após prévia aprovação em concurso público, bem como por servidores municipais postos à disposição das autarquias.

§ 1º - Aos atuais servidores do quadro de pessoal das unidades da Secretaria Municipal da Saúde, incorporadas às autarquias instituídas por esta lei, fica assegurado o direito de permanecerem na Administração Direta, podendo ser relotados em outras unidades da Secretaria Municipal da Saúde, ou de optarem por prestar serviços nas autarquias, nos termos do artigo 45 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, mantido o regime estatutário, podendo exercer cargos em comissão, optando ou não pelos vencimentos destes.

§ 2º - O direito de opção mencionado no parágrafo anterior deste artigo deverá ser manifestado no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da convocação do servidor.

§ 3º - Deverão ser previstos pelas autarquias plano de carreira, cargos e salários específicos, sendo, ainda, obrigatórias a criação e a atualização de um Plano Diretor de Recursos Humanos, que conterà normas relativas a:

a) critérios para ingresso, ocupação de cargos, quadros de lotação, movimentação, promoção e desenvolvimento educacional, técnico profissional e cultural de seus trabalhadores, objetivando atender às peculiaridades ou especificidades do trabalho executado, em função do pleno cumprimento da finalidade da instituição;

b) estímulo ao regime de tempo integral e à dedicação exclusiva, cujo provimento poderá ser feito pela prestação de serviços na própria instituição ou em outras unidades de saúde da rede à qual se integra a instituição;

c) instituição de um sistema de incentivo à qualidade das ações e dos serviços e do trabalho em equipe, ao cumprimento de metas de atendimento e ao uso da plena capacidade instalada, com a criação do Prêmio Qualidade, a ser conferido a equipes pelo desempenho alcançado, com base em indicadores qualitativos;

d) criação de uma instância gestora colegiada permanente, com participação paritária de representantes da direção e de sindicatos dos trabalhadores, incumbida de, mediante acordo coletivo de trabalho, definir normas referentes ao processo de trabalho e encaminhar soluções relativas a conflitos de interesses entre a Autarquia e os servidores;

e) adoção de procedimentos de avaliação do volume e da qualidade das ações e dos serviços prestados e do desempenho individual e coletivo dos servidores e da entidade, visando à fixação de critérios operacionais para o sistema de incentivo à qualidade e produtividade, à política de desenvolvimento e formação permanente e ao desenvolvimento do plano de carreira, cargos e salários;

§ 4º - O quadro de pessoal das autarquias contará com cargos em comissão, criados e transformados nos termos do Anexo II desta lei, e deverá ser estruturado com a utilização dos atuais cargos e funções das unidades hospitalares do Município de São Paulo.

§ 5º - Ficam criados, em cada autarquia, 05 (cinco) empregos públicos de Procurador e 1(um) de Procurador-Chefe, para compor a respectiva Seção Jurídica, nos termos do Anexo III desta lei.

§ 6º - O total de postos de trabalho e de cargos dos quadros das autarquias especiais ora instituídas corresponderá ao total atualmente existente nas unidades hospitalares do Município de São Paulo, além dos cargos em comissão e os empregos criados por esta lei.

Art. 21- As Autarquias deverão apresentar planos anuais de trabalho, em consonância com os planos distritais, regionais e municipal de saúde respeitadas suas especificidades, que serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Saúde e à aprovação do Secretário Municipal de Saúde, contemplando, obrigatoriamente:

I – objetivos e metas baseadas em indicadores de produção de serviços e base epidemiológica, expressos em termos quantitativos e qualitativos, a fim de explicitar o impacto pretendido nas condições de saúde e qualidade de vida da população em sua áreas de abrangência;

II – previsão dos mecanismos de articulação entre a autarquia e o restante da rede de serviços de saúde da região, em particular dos fluxos de referência e contra-referência;

III – critérios e mecanismos objetivos de avaliação do desempenho da autarquia, através de indicadores de produtividade e de qualidade;

IV – previsão dos recursos necessários para concretização das metas definidas.

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 22 – Poderão as autarquias ora instituídas contratar servidores, temporariamente, em conformidade com o disposto no artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, enquanto são realizados os concursos públicos para provimento de seu quadro de pessoal.

Art. 23 – O Executivo promoverá a estruturação dos quadros de pessoal das autarquias especiais, nos termos previstos no artigo 13 da Lei Orgânica Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta lei.

Parágrafo único – Até que sejam estruturados os quadros de pessoal e providos os respectivos empregos públicos, a representação processual das autarquias ficará a cargo da Procuradoria Geral do Município de São Paulo.

Art. 24 – Cada autarquia terá o prazo máximo de 60(sessenta) dias, a partir da publicação desta lei, para constituir seu Conselho Deliberativo e Fiscalizador.

Art. 25 – A eleição dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscalizador será regulamentada pelo Executivo e deverá realizar-se dentro de 45(quarenta e cinco) dias, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 26 – No interregno compreendido entre o início da vigência desta lei e a eleição dos novos representantes do Conselho Deliberativo e Fiscalizador, poderão ser designados tais membros pelo Secretário Municipal da Saúde, mantidos, eventualmente, se posteriormente eleitos, na forma prevista no inciso II do artigo 9º desta lei.

Art. 27 - O primeiro Superintendente das Autarquias será nomeado pelo Secretário Municipal da Saúde, aplicando-se-lhe todas as demais disposições desta lei.

Art. 28 – Fica o Executivo autorizado a realocar os saldos das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal da Saúde para a atividade a ser criada no orçamento vigente, denominada “Transferências às Autarquias Hospitalares”.

Parágrafo único – As autarquias ora instituídas elaborarão seus orçamentos para o exercício de 2002, respeitando no conjunto o saldo da dotação orçamentária da atividade “Transferência às Autarquias Hospitalares”.

Art. 29 – A fiscalização contábil e financeira das autarquias será exercida pela Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SF.

Art. 30 – Ficam as autarquias autorizadas a adotar as medidas preliminares atinentes à sua organização e funcionamento, observado o disposto nesta lei.

Art. 31 – O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 32 – As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 33 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 11.866, de 13 de setembro de 1995. ”

Sala da Comissão de Administração Pública, em 07/11/01.

José Olímpio - Presidente

Lucila Pizani Gonçalves - Relatora

Erasmus Dias

Toninho Campanha

ANEXO I INTEGRANTE DA LEI Nº , DE DE DE

Relação dos Bens Imóveis Municipais Transferidos às Autarquias previstos no artigo 2º da Lei nº , de de

I – AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL REGIONAL DO TATUAPÉ

Nome da Unidade	Localização do Imóvel Municipal	Croquis
Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio	Av. Celso Garcia, nº 4815, Tatuapé	300240 (AC406/AC2089)
Hospital Municipal Dr. Alexandre Zaio	R. Alves Maldonado, nº 128, Vila Nhocuné	100105
Pronto-Socorro Municipal 21 de Junho	Av. João Paulo, nº 421, Freguesia do Ó	100784
Pronto-Socorro Municipal Vila Maria Baixa	Praça Engenheiro Hugo Brandi, nº 15, Parque Novo Mundo	100331 (AC3085)
Pronto-Socorro Municipal Dr. Lauro Ribas Braga	R. Voluntários da Pátria, nº 943, Santana	1382-D (AC1249)

--	--	--

II – AURTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL REGIONAL DE ERMELINO MATARAZZO

Nome da Unidade	Localização do Imóvel Municipal	Croquis
Hospital Municipal Prof. Dr. Alípio Corrêa Netto	Al. Rodrigo de Brum, nº 1989, Vila Paranaguá	100543
Hospital Municipal Tide Setúbal	R. Dr. José Guilherme Eiras, nº 123, São Miguel	301384 (AC2860/AC3344)
Hospital Municipal Prof. Dr. Waldomiro de Paula	R. Augusto Carlos Baumann, nº 1074, Itaquera	301883 (AC3376)
Pronto-Socorro Municipal Júlio Tupy	R. Serra da Queimada, nº 800, Parque Guainazes	100810
Pronto Atendimento Dra. Glória Rodrigues Santos Bonfim	Av. dos Metalúrgicos, nº 2820, Cidade Tiradentes	101121
Pronto Atendimento São Mateus II	R. Maestro João Balan, nº 88, Cidade São Mateus	100471 (AC2781)
Pronto-Atendimento Atualpa Girão Rabelo	R. Ilha do Arvoredo, nº 100, vila Morgadouro	1213-D

III – AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL REGIONAL DO JABAQUARA

Nome da Unidade	Localização do Imóvel Municipal	Croquis
Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro Saboya	Av. Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, nº 860, Jabaquara	101462 (AC2305/AC2113)
Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro	R. Antonio Lázaro, nº 226, Jardim Iva	101345
Pronto-Socorro Municipal Dr. Augusto Gomes de Mattos	R. Júlio Felipe Guedes, nº 200, Vila das Mercês	100038

IV – AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL REGIONAL DO CAMPO LIMPO

Nome da Unidade	Localização do Imóvel Municipal	Croquis
Hospital Municipal Dr. Fernando Mauro Pires Rocha	Estrada de Itapecerica, nº 1661, Vila Maracanã	301265
Pronto-Socorro Municipal Balneário São José	R. Gaspar Leme, s/nº, Balneário São José	102002 (AC3079)
Pronto-Socorro Municipal Dona Maria Antonieta F. De Barros	R. Antonio Felipe Filho, nº 180, Jardim Reimberg,	102291
Pronto-Socorro Municipal Dr. José Sylvio de Camargo	Av. Adolfo Pinheiro, nº 805, Santo Amaro	101510
Pronto-Atendimento Parelheiros	R. Mário Trappe, nº 100 – Parelheiros	100281(AC2491)
Pronto-Atendimento Jardim Macedônia	R. Soriano de Albuquerque, nº 77, Jardim Macedônia	102324(AC2085)

V – AUTARQUIA MUNICIPAL REGIONAL CENTRAL

Nome da Unidade	Localização do Imóvel Municipal	Croquis
Hospital Municipal e Maternidade Professor Mário Degni	Rua Lucas de Leyde, 257- Vila Antonio	101976
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus	R. dos Ingleses, nº 258, Bela Vista	300509 (AC769)
Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria	Av. Menotti Laudisio, nº 100, Pirituba	1119-DUE
Pronto Socorro Municipal Dr. Caetano Virgílio Netto	Rua Augusto Farina, 1125- Jardim Pinheiros	100347(AC343)
Pronto-Socorro Municipal Álvaro Dino de Almeida	R. Vitorino Carmilo, nº 717, Campos Eliseos	259-D (AC1469)
Pronto-Socorro Municipal Prof. João Catarin Mezomo	Av. Queiroz Filho, nº 313, Parque da Lapa	301419

ANEXO II a que se refere o § 4º do artigo 20 da Lei nº
Cargos de Provimento em Comissão das Autarquias Hospitalares Municipal Regional

Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde.	Forma de Provimento	Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde	Forma de Provimento
				Superintendente - Autarquia Hospitalar Municipal Regional : do Tatuapé (1); de Ermelino Matarazzo (1); do Jabaquara (1); do Campo Limpo (1) e Central (1) Diretor de Departamento Técnico - Departamento Administrativo-Financeiro, das Autarquias Hospitalares Municipal Regional: do Tatuapé (1); de Ermelino Matarazzo (1); do Jabaquara (1); do Campo Limpo (1) e Central (1)	DAS-16	5	Livre provimento em comissão pelo Prefeito dentre portadores de diploma médico ou de superior com curso de administração serviços de saúde ou administrativo em saúde pública.
					DAS-14	5	Livre provimento em comissão pelo Superintendente, dentre portadores de diploma nível superior com curso de administração hospitalar e experiência comprovada na área de finanças e/ou administração hospitalar dentre os servidores públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde.
Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde.	Forma de Provimento	Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde	Forma de Provimento
				Diretor de Departamento Técnico - Departamento de Gestão de Pessoal, das Autarquias Hospitalares Municipal Regional: do Tatuapé (1); de Ermelino Matarazzo (1); do Jabaquara (1); do Campo Limpo (1) e Central (1)	DAS-14	5	Livre provimento em comissão pelo Superintendente, dentre portadores de diploma nível superior com curso de administração hospitalar e experiência comprovada na área de recursos humanos.

Diretor de Distrito de Saúde - Direção Geral, do Distrito de Saúde do Butantã, da Administração Regional de Saúde Butantã/Lapa - ARS-2 (1)	DAS-14	3	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre portadores de diploma de Médico	Diretor de Departamento Técnico - Hospital Municipal Prof. Mário Degni (Jardim Sarah), da Autarquia Hospitalar Municipal Regional do Campo Limpo (1)	DAS-14	3	Livre provimento em comissão pelo Superintendente, dentre portadores de diploma Médico.
Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde.	Forma de Provimento	Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde	Forma de Provimento
- Direção Geral, do Distrito de Saúde de Sapopemba, da Administração Regional de Saúde Ipiranga/Jabaquara Vila Prudente - ARS-3 (1) - Direção Geral, do Distrito de Saúde de Vila Matilde Da Administração Regional de Saúde Penha - ARS-4 (1) (Leis nº 10.955/91 e nº 13.169/01)				- Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (Jardim Iva), da Autarquia Hospitalar Municipal Regional do Jabaquara (1) - Hospital Municipal Dr. Alexandre Zaio (Vila Nhocuné), da Autarquia Hospitalar Municipal Regional do Tatuapé (1)			

Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde.	Forma de Provimento	Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde	Forma de Provimento
<p>Diretor de Distrito de Saúde</p> <p>- Direção Geral, do Distrito de Saúde do Campo Limpo, da Administração Regional de Saúde de Campo Limpo - ARS-10 (1)</p> <p>- Direção Geral, do Distrito de Saúde de Ermelino Matarazzo, da Administração Regional de Saúde de São Miguel - ARS-6 (1)</p> <p>(Leis nº 10.869/90 e nº 13.169/01)</p>	DAS-14	2	Livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre portadores de diploma de nível superior.	<p>Diretor de Departamento Técnico</p> <p>- Hospital Municipal Dr. Fernando Mauro Pires Rocha (Campo Limpo), da Autarquia Hospitalar Municipal Regional do Campo Limpo (1)</p> <p>- Hospital Municipal Dr. Alípio Corrêa Netto (Ermelino Matarazzo), da Autarquia Hospitalar Municipal Regional de Ermelino Matarazzo (1)</p>	DAS-14	2	Livre provimento em comissão pelo Superintendente, dentre portadores de diploma Médico.
Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde.	Forma de Provimento	Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde	Forma de Provimento
				Assessor Técnico - Autarquia Hospitalar Municipal Regional: do Tatuapé (2); de Ermelino Matarazzo (2); do Jabaquara (2); do Campo Limpo (2) e Central (2)	DAS-12	10	Livre provimento em comissão pelo Superintendente, dentre portadores de diploma nível superior com curso administração hospitalar ou saúde pública ou serviços de saúde.
				Assessor Técnico - Autarquia Hospitalar Municipal Regional: do Tatuapé (2); de Ermelino Matarazzo (2);	DAS-12	10	Livre provimento em comissão pelo Superintendente, dentre portadores de diploma médico com curso de

				do Jabaquara (2); do Campo Limpo (2) e Central (2)			administração hospitalar ou saúde pública ou serviços de saúde.
				Assessor Jurídico - Autarquia Hospitalar Municipal Regional : do Tatuapé (1); de Ermelino Matarazzo (1); do Jabaquara (1); do Campo Limpo (1) e Central (1)	DAS-12	5	Livre provimento em comissão pelo Superintendente, dentre portadores de diploma de curso superior de Direito com experiência em administração hospitalar
Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde.	Forma de Provimento	Denominação do Cargo/Lotação	Ref.	Qtde	Forma de Provimento
				Oficial de Gabinete - Autarquia Hospitalar Municipal Regional : do Tatuapé (1); de Ermelino Matarazzo (1); do Jabaquara (1); do Campo Limpo (1) e Central (1)	DAI-5	5	Livre provimento em comissão pelo Superintendente, dentre portadores de diploma de ensino médio.

Anexo III a que se refere o § 5º do artigo 20 da Lei nº de de de 2001

Qtde.	Emprego Público	Ref.	Forma de Preenchimento
5	Procurador - Chefe	PR-A2	Livre designação pelo Superintendente, dentre ocupantes de emprego público de Procurador, Ref. PR-1.
25	Procurador	PR-1	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido o diploma de curso superior de Direito e registro na OAB."